

FATORES EXPLICATIVOS DA MOBILIDADE SOCIAL E DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE RENDA NO BRASIL: 1981 A 2007

*Luciene Rodrigues**

Resumo: O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo. Todavia, ao analisar os dados de 1981 a 2007, nota-se que nesta última década houve uma melhora persistente nos indicadores de concentração e desigualdade de renda, tais como proporção de pobres na população total, pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos, índice de Gini, índice de Theil, razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres. Em que medida esse comportamento aponta para mudanças estruturais no perfil da distribuição de renda e na redução das desigualdades sociais no país? Dados da FGV apontam para redução da pobreza e para o crescimento substancial da classe média no Brasil, a exemplo de outros países emergentes como China e Índia. Analisar o papel das políticas públicas na determinação da recente mobilidade social e da redução das desigualdades de renda constitui o objetivo geral deste trabalho. O estudo conclui que, a despeito da mudança positiva, os patamares de pobreza e desigualdade ainda estão distantes dos desejáveis para a promoção da justiça social e do bem-estar.

Unitermos: desigualdades, mobilidade social, políticas públicas.

Explanatory factors of social mobility and reducing income inequalities in Brazil: 1981 to 2007

Abstract: Brazil is one of the countries with the highest income concentration in the world. However, when you analyze the data from 1981 to 2007, we note that

* Doutora em História Econômica. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

in the last decade there has been a persistent improvement in the indicators of income concentration and inequality, such as the proportion of poor in the Brazilian society, the income of the richest 1%, Gini index, Theil index, ratio of income of the richest 10% and 40% more poor. In which measure this behavior points to structural change in the income distribution and reducing social inequalities in the country? The FGV data point for the poverty reduction and to the growth of the middle class in Brazil, like other emerging countries like China and India. Analyze the role of public policies in determining recent social mobility and the reduction of income inequality is the main goal of this work. The study concludes that, in spite of positive changes, the levels of poverty and inequality are still very high, far from the desirable to promote social justice and social wellbeing.

Keywords: inequality, social mobility, public policies.

1 Introdução

No processo de globalização em curso, a maioria das análises sobre a relação Estado, mercado e sociedade encontra-se centrada nas políticas neoliberais. Poucos foram os analistas que, antes mesmo de deflagrada a crise financeira atual, apontaram para o relativo fortalecimento do Estado no enfrentamento das questões sociais e econômicas, para o pós-neoliberalismo. As reformas econômicas e sociais ocorridas no auge das políticas neoliberais, abriram espaço para a reconstrução do Estado, devido principalmente ao agravamento das situações de pobreza, exclusão e desigualdades sociais.

A literatura, ainda que escassa em mostrar as interrelações entre as políticas macroeconômicas e as políticas sociais, aponta a importância das políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico. Os programas de transferência direta de renda, de apoio à agricultura familiar, entre outros, em tese podem contribuir para a melhoria das condições de vida, redução das desigualdades sociais e para o desempenho econômico global. As políticas públicas, quando bem direcionadas e executadas, mostram resultados com virtuoso impacto nas condições de vida da população.

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo. Todavia, nesta última década (2001 a 2007), os indicadores de concentração e desigualdade de renda tais como: pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos, índice de Gini, índice de Theil, razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, proporção de pobres sobre a população total, nota-se uma melhora progressiva na concentração de renda, na pobreza e na redução das desigualdades sociais. Diante desse quadro, as questões norteadoras desse traba-

Isto podem ser sintetizadas da seguinte forma: Em que medida o comportamento favorável desses indicadores dos últimos sete anos aponta para mudanças estruturais no perfil da distribuição de renda e na redução das desigualdades sociais no país? Qual a contribuição das políticas públicas, em particular dos programas de transferência direta de renda, como o bolsa família e o benefício de prestação continuada nesse processo?

As mudanças macrossociais ocorridas no país a partir de meados do século XX (urbanização, industrialização, elevado crescimento econômico), constituem o contexto a partir do qual os processos de mobilidade social e de concentração de renda se cristalizam. Os anos 1990 são marcados pela abertura comercial e financeira e pelas políticas neoliberais. A partir de 2002, a área social passa a ser prioridade na agenda do Governo, o que vai gerar impactos positivos sobre a distribuição de renda. Historicamente, a relação entre mobilidade social e distribuição de renda é complexa no país com períodos de rígida fluidez social e estabilidade na distribuição de renda; rígida fluidez e crescimento das desigualdades de renda; alta fluidez e crescimento das desigualdades e alta fluidez e redução das desigualdades de renda. Torche (2003) estudou o paradoxo - grande fluidez social com alta concentração de renda - para o Chile e constatou que não basta contrastar os dois níveis (desigualdade de renda e fluidez). Para entender este segundo fenômeno é necessário observar o padrão de desigualdade de renda. Segundo (Ribeiro, 2005), em 1973 o Brasil estava entre as sociedades mais rígidas, mas em 1996 se aproximou das sociedades menos rígidas, isto é, das mais fluidas, embora abarcando um dos maiores índices de desigualdade de renda do mundo. A partir de 2001, observa-se uma redução no índice de concentração de renda, ainda que moderada. Não há um consenso na literatura quanto às causas da redução e as políticas que a influenciaram. De um lado, um conjunto de estudos associa estreitamente o movimento às políticas públicas de transferência de renda e de educação. De outro, encontra-se o conjunto segundo o qual o movimento decorreu da ação de diversas políticas públicas, e de que a sua continuidade depende do desempenho da atividade econômica (Dedecca, 2006). Analisar as alterações ocorridas, o alcance da recente mobilidade social e da redução das desigualdades de renda e os principais determinantes, constitui o objetivo geral deste trabalho.

2 O contexto das desigualdades de renda no Brasil e o papel das políticas públicas

No período recente, nota-se uma tendência de mudança no quadro de desigualdades, com mobilidade social. Para discutir os principais fatores determinantes de tal desempenho, começamos com uma análise de alguns indicadores socioeconômicos (tabela 1) acerca do crescimento econômico, índice geral de preços, pobreza e desigualdade de renda no país, no período de 1981 a 2007.

Em termos econômicos, notam-se taxas de crescimento econômico e de inflação positivas e crescentes de 2005 a 2008, embora esta última em patamar moderado, abaixo de dois dígitos ao ano. Os dados mostram que, em menos de quinze anos, o país mudou de uma situação de hiperinflação (quatro dígitos ao ano) para relativa estabilidade no índice geral de preços. No âmbito social, até o ano de 2002, imperava a idéia de que a área social era consequência do desempenho econômico, de que o crescimento econômico por si proporcionaria maior bem-estar social. A partir daquele ano, a área social passa a ser prioridade na agenda de governo, o que contribui para a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os gastos sociais ampliam em proporção do PIB, e geram impactos positivos sobre as desigualdades na distribuição da renda, como mostram os índices de Gini, Theil, a proporção da renda apropriada pelos mais ricos e pelos mais pobres (tabela 1), muito embora outros fatores também tenham contribuído para esse resultado. Os programas de transferência direta de renda, de apoio à agricultura familiar, entre outros, colaboraram para a melhoria das condições de vida, redução das desigualdades sociais e para o desempenho econômico global. A magnitude dessa contribuição é uma questão controversa na literatura, com alguns autores atribuindo grande importância às políticas públicas e outros um caráter secundário. A seguir explicitaremos alguns procedimentos metodológicos de pesquisas realizadas nessa área e a fonte de dados.

A proporção de pobres em dada sociedade pode ser mensurada de várias maneiras. Existem duas formas principais de estabelecer as linhas de pobreza (Rocha, 2000; Schwartzman, 2006). A primeira, a linha de *pobreza relativa*, mede a renda dos que estão muito abaixo da renda média de determinado país, e que a sociedade define como insatisfatória. A segunda, a linha de *pobreza absoluta*, isto é, a renda que é inferior ao necessário para consumir os bens considerados essenciais para a vida das pessoas. No país, predominam as medidas absolutas, e estas variam entre regiões, estados, áreas urbana, rural e metropolitana, e depende de uma série de suposições e estimativas sobre custos e padrões de consumo. Nota-se, conforme dados do IPEA contidos na tabela 1, que a proporção de pobres (pessoas com renda familiar per capita inferior a linha de pobreza) tem reduzido em quase 10 pontos percentuais, de 33-34% da população total entre 1995 e 2003, a 23% em 2008. Por sua vez, os índices de concentração e desigualdade de renda como Gini, Theil, pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos, participação dos 50% mais pobres (%), razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, de modo geral, têm apresentado comportamento positivo no sentido de redução das desigualdades sociais relativas à distribuição de renda.

FATORES EXPLICATIVOS DA MOBILIDADE SOCIAL E DA REDUÇÃO
DAS DESIGUALDADES DE RENDA NO BRASIL: 1981 A 2007

Luciene Rodrigues

TABELA 1
Crescimento Econômico, Inflação, Pobreza e Desigualdade de
Renda no Brasil de 1981 a 2007.

Ano	Taxa de Crescimento do PIB (%)	Taxa de inflação (IGP-DI / FGV) (%)	Proporção de Pobres sobre a população total (%)	Índice de Gini	Índice de Theil	Pessoas que se apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos - (%)	Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres (%)	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres
1981	-4,25	95,20	39	0,58	0,68	24,26	13,14	21,43
1982	0,83	99,73	39	0,59	0,70	25,25	12,70	22,55
1983	-2,93	211,02	47	0,60	0,72	26,26	12,51	22,97
1984	5,40	223,81	46	0,59	0,70	25,25	12,99	21,86
1985	7,85	235,13	40	0,60	0,73	27,29	12,46	23,29
1986	7,49	65,04	25	0,60	0,72	28,34	13,02	21,86
1987	3,53	415,95	37	0,62	0,74	30,50	12,22	24,09
1988	-0,06	1.037,53	42	0,64	0,78	37,45	11,46	26,73
1989	3,16	1.782,85	40	0,61	0,89	30,50	10,62	30,00
1990	-4,35	1.476,71	40	0,58	0,77	25,25	11,45	26,47
1991	1,03	480,23	-	-	-	-	-	-
1992	-0,47	1.157,84	40	0,60	0,69	30,50	13,11	21,68
1993	4,67	2.708,17	43	0,60	0,77	27,29	12,31	24,40
1994	5,33	1.093,85	-	-	-	-	-	-
1995	4,42	14,77	33	0,60	0,73	27,29	12,35	23,96
1996	2,15	9,33	33	0,60	0,73	28,34	12,09	24,53
1997	3,38	7,48	33	0,60	0,74	27,29	12,12	24,48
1998	0,04	1,71	34	0,60	0,73	26,26	12,34	23,92
1999	0,25	19,99	34	0,59	0,71	27,29	12,69	22,95
2000	4,31	9,80	-	-	-	-	-	-
2001	1,31	10,40	33	0,60	0,73	25,25	12,58	23,34
2002	2,66	26,41	33	0,59	0,71	24,26	12,98	22,19
2003	1,15	7,66	34	0,58	0,69	23,29	13,22	21,42
2004	5,71	12,13	32	0,57	0,66	22,34	13,85	19,89
2005	3,16	1,23	29	0,57	0,66	21,41	14,07	19,53
2006	3,97	3,80	25	0,56	0,64	20,50	14,47	18,68
2007	5,67	7,90	23	0,56	0,62	20,50	14,74	18,09
2008	5,08	9,11	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPEA Data.

Obs: dados dos anos de 1991, 1994 e 2000 não disponíveis.

No período de 1981 a 2007, o índice Gini brasileiro da renda familiar per capita se manteve relativamente estável, com seu valor máximo em 0,64, em 1988, reduzindo sucessivamente depois de 2002 ainda que de maneira diminuta até o patamar de 0,56. Cumpre ressaltar que, quando o valor do índice é zero, corresponde à igualdade absoluta, e, quando é 1, corresponde à desigualdade total, ou seja, quando toda a renda se concentra em um único indivíduo. Outro índice bastante utilizado é o de Theil, que é considerado melhor porque reflete as desigualdades internas dos diferentes sub-grupos. O Índice de Theil é uma medida estatística da distribuição de renda, dado pelo logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas

e geométricas da renda familiar per capita média. Se a razão entre as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição. Quanto maior a razão entre as médias, maior será o valor para o índice de Theil, e pior será a distribuição de renda. O índice de Theil, referido à renda familiar per capita, tem tido um comportamento mais desigual ao longo do tempo, variando de um máximo de 0,89 em 1989 a um mínimo de 0,62 em 2007.

Uma outra maneira, de examinar a desigualdade é pela razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a apropriada pelos 40% mais pobres. Por este índice, a desigualdade brasileira vem caindo desde 1996, quando a razão era de 24,5, até 2007, quando era de 18,9. A variação da proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população no tempo, vem se reduzindo de um máximo na casa dos 30% (37,5% em 1989) com uma queda importante, situando-se em 20,3% em 2006 e 2007. Este patamar, no entanto, é ainda muito distante dos parâmetros desejados de equidade social e bem-estar. A participação dos 50% mais pobres na renda vem crescendo, porém, quando comparada ao 1% mais rico, a distância é ainda muito grande com relação às desigualdades existentes nos países nórdicos. A título de ilustração, enquanto na Noruega a diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres é de 6 vezes, no Brasil essa diferença é de 57 vezes (referente aos dados de 2006 - PNUD).

Ainda que os resultados em termos de distribuição de renda e redução da pobreza não sejam os desejáveis, cumpre investigar os fatores determinantes do desempenho positivo, e a relevância da magnitude da queda, pois sobre esses pontos existem controvérsias na literatura.

Um trabalho que descortina bem esse último aspecto é o de Cacciamali & Camillo (2007), uma vez que partem dos perfis de distribuição de renda: renda domiciliar per capita total; renda do trabalho; renda das aposentadorias e pensões e renda das transferências públicas (contendo o Programa Bolsa-família), para avaliar a importância de cada um deles na composição da renda domiciliar e sua responsabilidade pela diminuição do grau de desigualdade do período de 2001 a 2006. Eles agrupam os argumentos do debate acerca da magnitude da queda da desigualdade de renda em três abordagens, segundo a importância conferida à redução do seu grau. A primeira, entende que a magnitude da queda é intensa, ocasionando forte redução da pobreza, implicando ganhos de bem-estar social (Barros et alii, 2006; Hoffmann, 2006); a segunda, reconhece que a redução da desigualdade é significativa, mas incapaz de promover mudança estrutural da distribuição de renda no Brasil (Dedecca, 2006); a terceira, afirma que o estreitamento do grau de desigualdade na distribuição de renda “nada tem de substancial” (Salm, 2006).

No que refere à contribuição específica dos programas de transferência direta de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada), a literatura (Medeiros

et al., 2007; Lavinias, 2008; Schwartzman, 2006; Barros, Carvalho *et al.*, 2006) entre outros, apontam para a contribuição dos programas de transferência de renda e dos investimentos em educação como redutores das desigualdades de renda. Segundo Barros *et al.*, (2006), 20% da redução da desigualdade se deve aos programas de transferência de renda do governo, e outros 12% à redução das desigualdades de renda devidas à educação. Os autores apontam, ainda, que outros fatores que teriam tido impacto seriam o aumento do salário mínimo (8%), que aumentou os valores das aposentadorias e dos ganhos dos que recebem salário mínimo, e a redução no desemprego (2%). Somados, estes fatores dariam conta de 42% da redução da desigualdade, ficando mais da metade, portanto, por ser explicada por outros fatores não identificados. Segundo Sônia Rocha, “apesar de o rendimento médio do trabalho ter ficado praticamente estável, a forte expansão da ocupação aliada ao aumento dos rendimentos na base da distribuição foram os principais determinantes para a redução da pobreza e da indigência entre 2003 e 2004. Para Schwartzman (2006), o crescimento do acesso à educação, embora não tenha levado, aparentemente, a um aumento da renda das pessoas, proporcionou uma redução importante nos diferenciais de renda no mercado de trabalho.

Ao analisar a composição da renda, Schwartzman (2006) assevera que a principal fonte de renda familiar é a proveniente do trabalho. A segunda, é a proveniente das aposentadorias e pensões, que beneficiam sobretudo a metade mais rica das famílias, segundo seus estudos. A terceira categoria é a de “juros e outros rendimentos” que, no banco de dados da PNAD, inclui rendimentos provenientes de transferências governamentais, como o bolsa família. Assim, para o autor, as políticas de transferência de renda têm tido algum impacto nestas modificações. No entanto, tais impactos seriam limitados, seja pelo pequeno volume dos recursos transferidos para cada família, quanto pela má focalização dos gastos, já que estes recursos são distribuídos tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres, e, além disto, a outras cujo padrão de vida não se expressa com nitidez na renda monetária medida pela PNAD. Ele conclui que, uma política que fosse capaz de redistribuir melhor os gastos públicos em aposentadorias e pensões poderia contribuir mais para a redução da desigualdade de renda no país do que as políticas compensatórias implementadas atualmente.

Isto porque, numa economia fechada, a dinâmica econômica é dada pela equação $Y = C + I + G$ (onde Y é a renda, C o consumo, I o investimento e G os gastos públicos). Os gastos do governo com as transferências de diversas naturezas, permitem que as famílias consumam mais, e aumento de consumo estimula o investimento privado, formando um círculo virtuoso que pode ser alimentado ainda mais com investimentos em infra-estrutura. Portanto, em termos macroeconômicos, as transferências focalizadas — Programa Bolsa Família e

Benefício de Prestação Continuada — são tratadas como pertencentes a grande categoria “transferências”, que engloba o restante do sistema previdenciário como as aposentadorias e pensões, com maior peso orçamentário. Além disso, existem diferenças entre as aposentadorias e pensões contributivas e os programas de transferência focalizados no que diz respeito ao público beneficiado diretamente por elas. Assim, uma análise cautelosa do gasto público baseada em “transferências” deve ser feita levando em conta as distinções entre os vários tipos de programas.

Medeiros et al. (2007) asseveram que uma das inovações do Programa Bolsa Família, assim como de seus antecessores Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, diz respeito a um desenho que se propõe a aliar dois objetivos centrais: o alívio da pobreza no curto prazo, por meio das transferências de renda, e o combate a sua transmissão intergeracional, por meio de condicionalidades voltadas para incentivar as famílias a realizar investimentos em capital humano. Adicionalmente, a exigência de condicionalidades, também chamadas de contrapartidas ou co-responsabilidades das famílias, tem como objetivo incentivar a demanda por serviços sociais como saúde e educação e ampliar o acesso da população mais pobre a direitos sociais básicos, incentivando expansões e melhorias na oferta desses serviços.

A pesquisa de Cacciamali & Camillo (2007) procede uma desagregação por decis e mostra variações percentuais não desprezíveis quando comparadas a um histórico nacional de persistência do grau de concentração de renda. Todavia, os autores chamam atenção para o fato de no geral essas variações expandirem pouco a renda real das famílias situadas nos estratos inferiores da distribuição. Na análise espacial, eles concluem que as mudanças significativas para os grupos de menor renda ocorrem para a renda das transferências públicas das macro-regiões Norte e Nordeste, indicando o crescimento desses benefícios sociais. Para os demais estratos de renda, nota-se um padrão: as variações dos decis inferiores (primeiro, segundo e terceiro) são decimais, indicando certa rigidez na distribuição, restringindo as possibilidades de ampliar de forma substantiva e acelerada o crescimento da renda das famílias mais pobres. Ou seja, eles concluem que a redução das desigualdades é ainda pequena para indicar mudanças estruturais no perfil distributivo.

3 A recente mobilidade social e seus principais determinantes

Dados da FGV estimam que a classe média passa a ser maioria no Brasil, pela primeira vez na história. Este fato não é isolado. Trata-se de um fenômeno mais geral das economias em desenvolvimento, haja vista que a expansão da classe média e a redução da desigualdade de renda vêm ocorrendo em praticamente

todas as economias emergentes, sobretudo na China e na Índia. No caso do Brasil e Índia, principalmente, isso se deve a uma situação precedente cristalizada de extrema desigualdade social.

No país, a classe média em 2008 correspondia a 52% da população (era 44% em 2002) ou 100 milhões de brasileiros, segundo a FGV. Segundo Delfim Netto, ex-ministro da economia nos governos militares, a ascensão social em curso é do mesmo gênero que a ocorrida nos anos 1960 e 1970. “Criaram-se empregos industriais com bons salários, que permitiram à população comprar bens a que antes ela não tinha acesso”.

A análise com base nos resultados estimados por Schwartzman (2006), mostrou que os fatores determinante da melhoria dos indicadores socioeconômicos foram provenientes da renda do trabalho, das aposentadorias e pensões e, em terceiro lugar, e não menos importante, dos programas de transferência de renda direta sem caráter contributivo, como o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. Juntos, esses fatores contribuíram para redução dos índices de pobreza e para a mobilidade social, especialmente na base da pirâmide. O gráfico 1 mostra os estratos sociais classificados com base na renda domiciliar como classes A, B, C, D e E, em 2002 e 2008. Enquadrar as pessoas em determinada classe social é sempre um processo arbitrário, o que pode partir de critérios como renda ou fatores como patrimônio, ocupação ou nível de escolaridade. Os dados aqui apresentados, calculados pela FGV, define como *classe média* as famílias com renda mensal entre R\$ 1.065 e R\$ 4.591. A classe C, respondia por 51,89% da População Economicamente Ativa (PEA) em abril de 2008. Há seis anos, na faixa entre 15 e 60 anos, eram 42,49%. A pesquisa sobre o novo perfil socioeconômico do país detectou ainda uma mobilidade social, que tirou dois milhões de pessoas da pobreza. A pesquisa de Neri (2008), denominada “A Nova Classe Média”, usou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2006), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para Neri (2008), os determinantes foram a recuperação do mercado de trabalho, calculando que, nos últimos 12 meses (março de 2007 a março de 2008), foram gerados 1,8 milhão de novos postos de trabalho. Para ele, a pesquisa mostrou que a ampliação dessa classe média não está relacionada a programas sociais, como o Bolsa Família, ponto que gera controversas, inclusive com os dados apresentados neste trabalho, que mostra a contribuição dos programas sociais, no fomento do consumo local, na inclusão no sistema financeiro, entre outros. Cumpre destacar que a faixa de renda da classe C considerada no trabalho é ampla demais, o que pode gerar distorções. Além disso, foi usado o conceito de renda domiciliar, e não o de renda *per capita*. Uma família com duas pessoas que ganha R\$ 4 mil tem uma situação diferente de outra que ganha valor igual e tem seis, sete membros.

O gráfico 1 revela a ascensão da classe média, redução do número de pobres e, ao mesmo tempo, expansão entre os mais ricos. A redução da pobreza pode ser vista pela fatia das classes D e E (que ganha até R\$ 1.064) que caiu de 43% para 32,50% da população, entre abril de 2002 e 2008. Entretanto, no mesmo processo, a elite (rendimentos acima de R\$ 4.591) cresceu de 13,0% para 15,50%.

Pelo gráfico 1, nota-se que, no primeiro estrato, isto é, no topo da pirâmide, estão as famílias com rendimento superior a R\$4.591,00, as denominadas classes A e B ou elite, que aumentaram sua participação na renda; no segundo, a classe C (classe média), com rendimentos entre R\$1.065,00 a R\$4.591,00, com aumento mais substancial; em terceiro, a classe D (os remediados), com rendimentos entre R\$768,00 e R\$1.064,00, também registram pequeno aumento. Por último, a classe E, isto é, as famílias classificadas como pobres, com rendimentos abaixo de 768,00, foi reduzida significativamente.

O universo de 100 milhões de brasileiros é formado sobretudo pelos “remediados” que acabam de adentrar à classe média, também denominada por alguns estudiosos de classe média baixa, ou classe C, para outros.

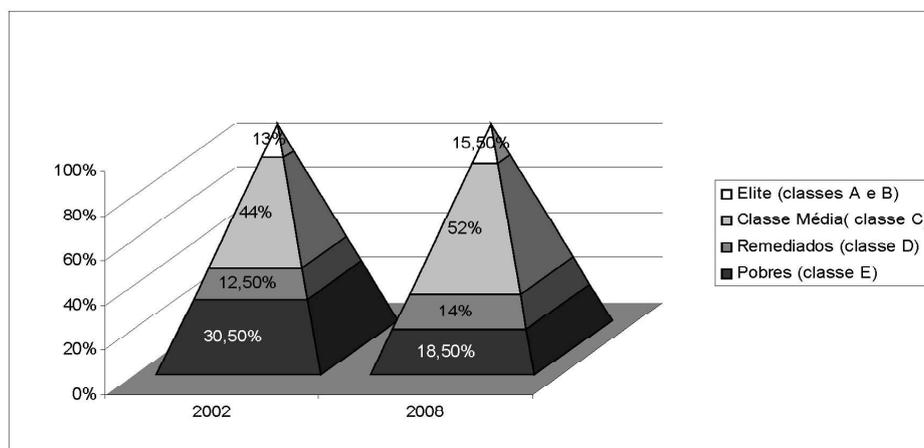


GRÁFICO 1: Distribuição da Renda Domiciliar no Brasil: 2002 e 2008

Fonte: elaboração com base nos dados da FGV

De acordo com o Data Popular - consultoria especializada em consumo da população de baixa renda -, entre 2002 e 2006, a massa de renda em poder da classe C cresceu R\$ 80 bilhões. Até os anos 1990, havia a idéia de que só se justificava a produção para as classes A e B e, mais recentemente, as empresas estudam e desenvolvem produtos específicos para as classes C e D. Outro índice notório é o aumento no número de pessoas trabalhando, sejam elas registradas ou não. Foram 1,5 milhão a mais do que em 2006. No que diz respeito às carteiras assinadas, no ano de 2007 em comparação

a 2006 houve um aumento de 6,1%, isto é uma migração do trabalho informal para o formal. Com tal acréscimo, a Previdência Social superou suas estatísticas. A quantidade de contribuintes chegou, pela primeira vez, desde os anos 1990, a mais da metade das pessoas ocupadas. São 32 milhões de pessoas ingressando na formalidade do trabalho. Conforme dados do IPEA (ver tabela 1), a pobreza caiu de 33% da população em 2002 para 23% em 2007. No período compreendido entre os anos de 2001 e 2007, a renda familiar per capita foi acrescida pelo percentual de 15,6%.

A mobilidade social fez com que 13,8 milhões de pessoas mudasse de faixa social. O aumento do poder de compra da população ampliou o acesso da mesma a alguns bens duráveis, além de que mais domicílios foram providos de alguns serviços públicos, dentre eles, o saneamento básico. Dentre os domicílios diagnosticados pela PNAD (2007), 98% possuíam acesso a energia elétrica, 84% a água, 88% a coleta de lixo, 52% a esgotamento sanitário, 77% a telefone, 32% telefones celulares, 27% a microcomputadores, 20% a internet e 95% a televisão.

No que refere à inserção racial, entre os 20 milhões de novos membros da classe média, os brancos são minoria, 12% do total. Cerca de 27% são pardos e 30% negros. Tal resultado advém do fato de serem estes justamente os mais pobres, de estarem mais presentes na base da pirâmide social. A emergência da nova classe média é um fenômeno nacional, mas afeta mais profundamente as regiões onde a desigualdade é maior, como a região Nordeste do país, onde encontra-se a maior parte dos beneficiários dos programas sociais.

A despeito do comportamento positivo, as situações de pobreza e desigualdade persistem cristalizadas, como evidencia o gráfico 2, em que se pode compara a proporção da renda apropriada pelos 1% mais ricos com a proporção apropriada pelos 50% mais pobres. Nota-se que o diferencial está ainda muito distante de uma sociedade equilibrada social e economicamente e com imensos desafios na promoção da justiça social.

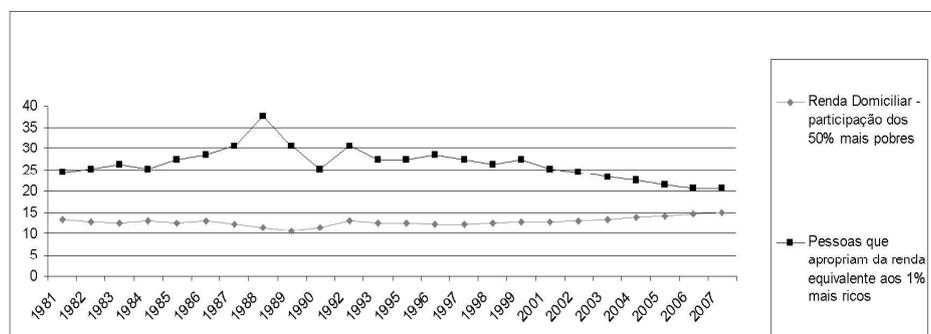


GRAFICO 2: Comparação entre a Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres e pessoas que apropriam da renda equivalente aos 1% mais ricos
 Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPEA Data

No âmago da discussão calorosa sobre a tendência à modificações no perfil distributivo, o debate acerca das políticas públicas no Brasil vem ganhando destaque, suscitado pelos significativos indicadores que traduzem uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, condenando à pobreza vastas parcelas da população, quanto pela reforma do Estado e de suas funções.

Considerações Finais

Este trabalho faz-se um recorte dos dados segundo a média do país. Ainda que ele seja insuficiente para dar conta das múltiplas espacialidades nacionais, se justifica pela necessidade de conferir maior número de evidências sobre o comportamento e a evolução da desigualdade da renda pessoal e da pobreza no país.

O trabalho mostrou que **(i)** nos últimos seis anos houve uma redução da pobreza e ampliação da classe média simultaneamente à melhoria nos índices de concentração e desigualdade de renda. As principais causas da redução da pobreza e da desigualdade são a renda do trabalho, a melhoria progressiva do acesso à educação, da disponibilidade e custos reduzidos de alimentos e bens de consumo duráveis e dos programas de transferência direta de renda de caráter não contributivo; **(ii)** algumas abordagens atribuem grande importância à magnitude da redução das desigualdades. Todavia, trabalhos mais críticos (Dedecca, 2006), Salm (2006), Cacciamali & Camillo (2007), concluem que a mudança é positiva mas deve ser analisada com cautela, pois a dívida social em termos de melhoria do bem-estar ainda é grande no Brasil. Dedecca (2006) minimiza o poder de redução da pobreza por parte da queda na desigualdade de renda verificada e não atribui a um determinante, mas a um conjunto amplo. Salm (2006), também considera a magnitude da queda reduzida, e questiona a direção de causalidade entre desigualdade e pobreza. Propõe uma inversão de causalidade: em vez de dizer que, como consequência da queda da desigualdade, reduziram-se a pobreza e a extrema pobreza, considerar que, como consequência da queda na pobreza e da extrema pobreza, reduziu-se a desigualdade. Essa inversão de causalidade contém uma preocupação estrutural com o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que passa pela elevação da produtividade e pelo crescimento econômico como formas de superação dos elevados patamares de desigualdade de renda, desde que sejam repassados para os vários níveis salariais; **(iii)** contrariamente às conclusões da pesquisa “A nova Classe Média” da FGV, que aponta para aumentos significativos no consumo, Cacciamali & Camillo (2007) notaram que a magnitude da queda da desigualdade de renda nacional e regional não foi capaz de alterar significativamente o padrão de bem-estar social brasileiro medido pelo consumo familiar. Na interação das políticas econômicas e sociais, as políticas sociais com impactos no curto prazo sobre a distribuição podem ser combinadas com políticas macroeconômicas de longo prazo, tais como a expansão da produtividade do tra-

balho e o crescimento do rendimento médio dos mercados de trabalho nacional e regional.

Em suma, concordamos que as mudanças recentes são extremamente positivas diante de situações cristalizadas, mas que elas devem ser vistas com ponderação. Isso por que, até o momento, não se traduziram em mudanças estruturais das situações de pobreza e desigualdade. A despeito da queda, uma sociedade com 23% de pobreza sobre a população total e um índice de Gini de 0,56, em que a os 1% mais ricos apropriam de 20,50% da renda enquanto os 50% mais pobres se apropriam de apenas 14,74%, ainda é uma sociedade extremamente injusta do ponto de vista social e do bem-estar. Nesse sentido, cumpre destacar a importância do Estado e das políticas públicas na alteração desse quadro. O trabalho mostrou evidências de que são vários os fatores determinantes que não apenas os programas de transferência direta de renda, mas que estes têm um papel importante no alívio, a curto prazo, das situações de pobreza. Assim, as políticas sociais podem ser potencializados quando aliadas a políticas macroeconômicas estruturantes e num ambiente de crescimento econômico, que dinamiza o mercado de trabalho.

Referências

- BALSA, C. M. (Org). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.
- BARROS, R. P. E., M. D. Carvalho, et al. Brasil está menos desigual. *O Globo*, n. 30 de janeiro de 2006.
- BARROS, R. P. et al. *A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza*. Brasília: IPEA, v.2, 2006, p. 331 a 353;
- BARROS, R. P. et al. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p.15-16
- CACCIAMALI, M.C. & CAMILLO, V.S. (2008). *Magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil de 2001 a 2006: uma abordagem regional por tipos de renda*. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/1147_1a1c121a005d5e843f947b7093de14dd.pdf>.
- DEDECCA, C. S. *A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa*. Brasília: IPEA, v.2, 2006, p. 299 a 330.

DIAZ, L.M. As faces atuais da pobreza urbana: elementos para uma reorientação da política social. In: *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

DINIZ, B. P. C. et al. *As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil: gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, v.2, 2007.

FLORA, P. & ALBER, J. Modernizations, democratizations and the development of welfare States in western Europe. In.: FLORA, P. & HEIDENHEIMER (Org.). *The Development of Welfare State in Europe and Latin America*. Londres: Transactions Publishers, 1984.

HOFFMANN, R. *Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2005 e delimitação dos relativamente ricos em 2005*. Brasília: IPEA, v.1, 2006. p. 93 a 105.

LAVINAS, M. H. et al. *Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2000, td. 748.

LAVINAS, M. H. *Excepcionalidade e paradoxo: renda básica versus programas de transferência direta de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Mimeo, 2004.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T; Soares, F. *Transferência de renda no Brasil*. Novos estud. - CEBRAP no.79 São Paulo., 2007

MOZZICAFREDDO, J. *Estado providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta, 1997.

ROCHA, S. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: R. Henriques (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.685-718.

SALM, C. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica*. Brasília: IPEA, v.2, 2006. p. 279 a 297.

SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SOARES, F.V. et. al. (2006). *Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. In: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>>.